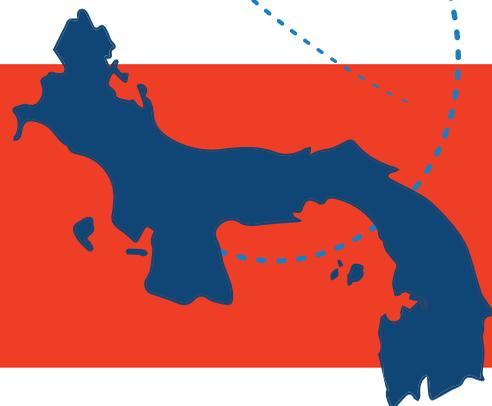




OBSERVATÓRIO LABORAL DAS AMÉRICAS



Ficha informativa país 2021 Panamá



Extensão territorial:

75.517km²



População (censo 2010):

3.662.000 pessoas¹



População estimada em 2021:

4.279.000 pessoas



População economicamente ativa -PEA (junho 2021):

1.936.756 pessoas, equivalente a 59,8% da população.
1.110.262 homens e 826.494 mulheres.



Produto Interno Bruto (PIB) 2020:

52,94 bilhões de dólares².



PIB 2021:

No trimestre abril-junho o PIB trimestral ficou em 9,12 bilhões de dólares, apresentando um aumento de 40,4% comparado ao período de 2020.



Composição da população:

El 70% dos panamenhos são mestiços, el 14% mulatos, el 10% brancos, el 6% indígenas e el 1% asiáticos.

¹A informação aqui registrada foi obtida principalmente da Pesquisa de Mercado Laboral Telefônica (EMLT) de junho de 2021, realizada pelo Instituto Nacional de Estatística e Censo (INEC) do Panamá.

²<https://statistics.cepal.org/portal/cepalstat/perfil-nacional.html?theme=2&country=pan&lang=es>



Visão geral da situação socioeconômica

Emprego

1.655.122 pessoas ocupadas, 59,0% homens e 41,0% mulheres. Aumentou em 23.431 pessoas ocupadas em relação a setembro de 2020.

Desemprego

A população desocupada no nível nacional foi de 281.634 pessoas, 132.988 homens e 148.646 mulheres desocupadas/os. A desocupação masculina se situa em 12,0% e a feminina em 18,0%. No total, caiu 24,2% em comparação com a pesquisa de setembro de 2020, quando foram registrados 371.567 desocupados/as.

População inativa

1.303.278, equivalente a 40,2%. A população inativa está conformada por 32,1% homens e 67,9% mulheres.

Informalidade

Se encontram nessa condição 49,9% da população ocupada.

Pobreza

O índice de pobreza do Panamá em 2020 esteve em 16,1%. Segundo estimativas do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) em seu relatório “Desigualdade e descontentamento social: como abordá-los a partir da política pública”, ao final de 2021, 23,2% da população poderia ficar abaixo da linha da pobreza. Assim, mais de 300.000 pessoas poderiam cair em condição de pobreza no final do ano em curso.





Temas destacados da conjuntura 2021

Um aspecto fundamental da conjuntura panamenha tem a ver com a informalidade que, como indicado nesta Ficha, afeta a metade da população ocupada, uma alta porcentagem de pessoas que não contribuem para a previdência social e não conta com a garantia de direitos do trabalho formal que deveria entregar condições dignas para a classe trabalhadora. Assim, pode-se afirmar que 49,9% da população trabalhadora o fazem em condições de precariedade.

Por outro lado, segundo as estimativas do Banco Mundial (BM), em 2020 o PIB contraiu 17,9%. O déficit fiscal aumentou para 10,3% do PIB 2020, e a dívida pública chegou a 36,9 bilhões de dólares, equivalente a 69,8% do PIB. Para o final de 2021 se projeta um crescimento de 9,9% do PIB.

Entretanto, os desafios no país são muitos, sobretudo em relação à brecha de desigualdade que se torna evidente principalmente na cobertura de serviços públicos como saúde, educação e avanço digital para as populações menos favorecidas.

Também alertam para as brechas de desigualdade existentes na relação campo-cidade. A taxa de pobreza é o dobro na população rural e tem um impacto muito maior nas comunidades indígenas do país que também enfrentam conflitos territoriais em decorrência do modelo de desenvolvimento.

No que se refere ao panorama político-institucional, reconhece-se a quase inexistente participação política da população empobrecida, proibição de





sindicalização de setores específicos, e a negação do acesso à justiça para as comunidades indígenas, as mulheres e outros setores vulneráveis, favorecendo uma elite da população e a classe política governante³.

Atualmente, o movimento social panamenho defende a convocatória de uma Assembleia Constituinte Originária, da qual participem os setores que foram historicamente excluídos da construção política do país. Pede-

se que a convocatória para a Assembleia seja acompanhada por mecanismos que facilitem o diálogo com os povos indígenas e as populações campesinas que sofrem as maiores consequências da pobreza, e que permitam, ao mesmo tempo, superar a brecha digital que também é identificada como altamente problemática e favorável a setores tradicionalmente instalados no poder.



³ <https://www.celag.org/panama-crisis-politica-y-la-constituyente-originaria/>

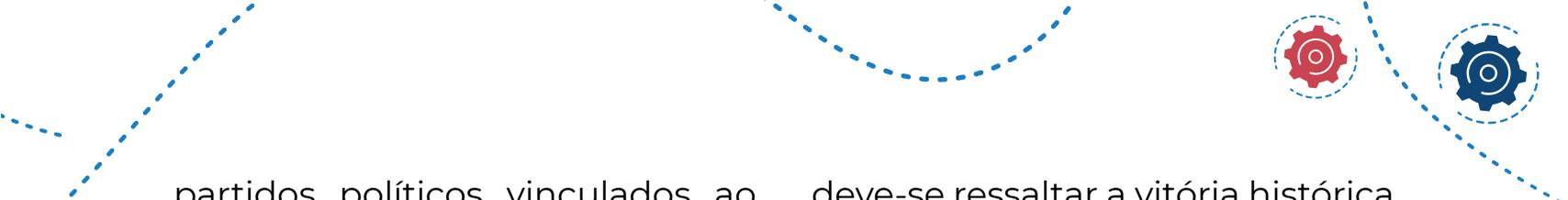
Ações e denúncias sindicais (nacionais e internacionais) e de outros setores sociais

Desde o ano de 2019, os movimentos sociais do país enfrentaram, através da mobilização, as tentativas de reformas constitucionais promovidas pelo governo de Laurentino Cortizo, recebendo uma brutal repressão em meio do protesto pacífico. Em novembro de 2020, o presidente apresentou a proposta do Pacto do Bicentenário, amplamente rechaçado e denunciado pelos movimentos sociais e pela classe trabalhadora, na medida em que não é uma proposta que tenha sido consultada com os movimentos nem na qual possam ter uma participação efetiva. O ano de 2021 continua sendo de intensa oposição às tentativas do executivo de avançar em mudanças estruturais ajustadas

aos interesses privados e aos de uma minoria da sociedade panamenha.

Por outro lado, o movimento sindical denunciou que diálogos propostos pelo governo para enfrentar as dificuldades associadas às Caixas de Seguro Social (CSS) – fundamentais pelos problemas relacionados com a saúde e as garantias dos direitos das/os trabalhadoras/es e da sociedade em geral – são exercícios retóricos e sem metodologias que propiciem a participação do sindicalismo e da sociedade civil. As/os trabalhadoras/es organizadas/os qualificaram os diálogos como estéreis, ao denunciar que são espaços nos quais participam o governo, setores afins a ele e





partidos políticos vinculados ao executivo. Algumas organizações sindicais até se retiraram da Mesa de Diálogo, pois não consideram que ela permita um exercício real de participação e de incidência real nas condições materiais da CSS.

Outro aspecto denunciado é o endividamento que o governo do Panamá gerou para o país através do Fundo Monetário Internacional (FMI), e que supostamente visa reverter a balança de pagamentos afetada pela pandemia, sem que esses endividamentos se traduzam em benefícios concretos para as classes menos favorecidas nem para a classe trabalhadora, como pode ser comprovado ao analisar as cifras e tendências de desemprego, informalidade e pobreza reinantes no país.

Entre as ações a serem destacar do movimento sindical panamenho,

deve-se ressaltar a vitória histórica da classe trabalhadora contra uma empresa transnacional com presença em sete países do continente. As/os negociadoras/es do Sindical Industrial de Trabalhadoras/es Empresa Estrela Azul (SITEA), da transnacional Lácteos Hondureños S.A. conseguiram um acordo no qual foi estabelecido um ajuste salarial de 4,5% anual e que chega a 18% em quatro anos para todas/os as/os trabalhadoras/es. Esse acordo também fortalece o direito à greve e à negociação coletiva como instrumentos fundamentais para a ação sindical. O acordo foi alcançado dois dias após as ameaças do governo que, posicionando-se do lado da classe empresarial, havia indicado a possibilidade de impor uma Arbitragem Ilegal para eliminar o direito à greve.



Propostas e iniciativas sindicais

Como organizações comprometidas com a sociedade civil e a construção de alternativas sociais para enfrentar as consequências de COVID-19, organizações de trabalhadoras/es do serviço doméstico participam de espaços de encontro de capacitação em medidas para a prevenção contra a pandemia e para a exigência da garantia ao direito à saúde. Nesses cenários de participação sindical também foram gerados intercâmbios de capacitação sobre a Convenção 189 da OIT referente ao trabalho doméstico decente.

Entre as propostas mais importantes do movimento sindical, em articulação com as organizações e movimentos sociais do país, está a exigência de uma Assembleia Constituinte Originária, na qual a participação do povo permita uma virada radical nas orientações pelas quais o país avança atualmente, e assim

sejam consolidadas propostas e iniciativas das classes populares que transformem, de uma vez por todas, o modelo de país baseado no Canal e em relações coloniais e neocoloniais resultantes de um modelo econômico obsoleto para enfrentar os novos desafios de recuperação econômica e o cumprimento de garantias e direitos para a classe trabalhadora.

O movimento sindical, em uníssono com diversos movimentos sociais, propõe que qualquer modificação proveniente dos espaços construídos pelo governo, encabeçado pelo executivo, para reformas constitucionais ou à Caixa de Seguro Social, deve passar por um plebiscito que valide as propostas. Essa iniciativa se apresenta diante do que aqui foi apontado como restrições à participação política da sociedade para definir os caminhos de refundação política do país.



Apoia